

sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código do Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

3 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — A Escrivã Auxiliar, *Rosa Maria Mendes*.

#### Aviso n.º 6878/2006 — AP

O Dr. Manuel José Ramos da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 6816/04.ITDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido José Augusto Fernandes de Sousa, filho de Manuel Gonçalves de Sousa e de Silvina Fernandes Portela, natural de Vila Fria (Viana do Castelo), de nacionalidade portuguesa, nascido em 19 de Fevereiro de 1959, titular do bilhete de identidade n.º 3853605, com domicílio no Lugar do Monte Sul, 2, rés-do-chão, direito, Chafe, 4900 Viana do Castelo, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança fiscal, previsto e punido pelo artigo 24.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 20-A/90 e Decreto-Lei n.º 394/93, de 24 de Novembro, praticado em 1 de Janeiro de 2003, por despacho de 3 de Outubro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código do Processo Penal, por apresentação.

3 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — O Escrivão-Adjunto, *José Pires Morgado Barbosa*.

#### Aviso n.º 6879/2006 — AP

O Dr. Manuel José Ramos da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo) n.º 715/95.3TBVCT, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria Manuela Ferreira da Costa, filha de Albino Gonçalves da Costa e de Maria da Silva Ferreira, natural de Árvore, Vila do Conde, nascida em 28 de Maio de 1955, divorciada, empregada de mesa, portadora do bilhete de identidade n.º 3159013, com domicílio na Rua do Conselheiro Luís de Magalhães, 729, 1.º, direito, Moreira, 4470-616 Maia, por se encontrar condenada pela prática dos crimes de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 1 de Janeiro de 1993 e um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º do Código Penal, praticado em 1 de Junho de 1993, por sentença de 13 de Fevereiro de 2003, proferida nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código do Processo Penal, por apresentação da arguida.

12 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — A Escrivã Auxiliar, *Maria José Sárria*.

#### Aviso n.º 6880/2006 — AP

O Dr. Manuel José Ramos da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 204/01.9TBVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Manuel Ribeiro Carvalho, filho de Luís de Sousa Carvalho e de Maria Augusta Barbosa Ribeiro, natural de Vilar da Veiga, Terras de Bouro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 26 de Abril de 1971, solteiro, empregado de quartos (hotelaria), portador do bilhete de identidade n.º 10174427 e titular do passaporte F238779, com domicílio na Avenida de Augusto Sérgio Almeida de Maia, 3, Vilar da Veiga, 4845-067 Gerês, por se encontrar acusado da prática do crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º, n.º 3, do Código Penal, praticado em 19 de Janeiro de 2002 e por despacho de 13 de Outubro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código do Processo Penal, por apresentação do arguido.

13 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — A Escrivã Auxiliar, *Maria José Sárria*.

#### Aviso n.º 6881/2006 — AP

O Dr. Manuel José Ramos da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 227/05.9PBVCT, pendente neste Tribunal contra a arguida Manuela Faus Alaminos, filha de Manuel Faus Madrid e de Blaza Alaminos Maza, natural de Espanha, nacional de Espanha, nascida em 23 de Fevereiro de 1967, solteira, profissão desconhecida ou sem profissão, titular do

bilhete de identidade n.º 25400697, com domicílio na Rua de Emídio Navarro, 67, 4900 Viana do Castelo, por se encontrar acusada da prática de um crime de furto qualificado na forma tentada, previsto e punido pelos artigos 203.º, e n.º 3, 22.º n.ºs 1 e 2, alínea c), 23.º, n.ºs 1 e 2, e 73.º, n.º 1, alíneas a) e b), do Código Penal, praticado em 25 de Abril de 2005, foi a mesma declarada contumaz, em 12 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código do Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação da arguida em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código do Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

16 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Assunção Moura*.

#### Aviso n.º 6882/2006 — AP

O Dr. Manuel José Ramos da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 564/99.0TBVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo da Silva Pereira, filho de Ezequiel Duarte da Silva e de Maria da Luz Pereira Ferrules, nascido em 6 de Março de 1972, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 1113963, com domicílio no Bairro da Ameixoeira, zona 2, lote 2, 2.º, A, Lisboa, 1750 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsidade de depoimento ou declaração, previsto e punido pelo artigo 359.º do Código Penal, praticado em Fevereiro de 1998, por despacho de 16 de Outubro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código do Processo Penal, por apresentação.

17 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel José Ramos da Fonseca*. — O Escrivão-Adjunto, *José Pires Morgado Barbosa*.

## 2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VIANA DO CASTELO

#### Aviso n.º 6883/2006 — AP

A Dr.ª Sandra Moreira, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 184/05.IIDVCT, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria de Fátima Rosas Vieira, filha de Francisco Ribeiro Vieira e de Maria Martins Rosa, natural de Barcelos, de nacionalidade portuguesa, nascida em 15 de Abril de 1966, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 7694702, com domicílio na Rua José Germano Sardinha, 31, Darque, 4900 Viana do Castelo, por se encontrar acusada da prática de um crime de abuso de confiança fiscal, previsto e punido pelos artigos 105.º, n.ºs 1 e 4, 16.º e 17.º do Regime Geral das Infracções Tributárias, praticado em 1 de Fevereiro de 2001, foi a mesma declarada contumaz, em 28 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código do Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação da arguida em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código do Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida, após esta declaração, proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, certidões ou registos emitidos pelos serviços personalizados ou não do Estado e autarquias locais, a seu requerimento ou através de procurador, mandatário ou gestor de negócios, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

3 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Sandra Moreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Isabel Brandão*.

#### Aviso n.º 6884/2006 — AP

A Dr.ª Sandra Moreira, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 3677/06.0TBVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido António Silva Oliveira, filho de António Alves de Oliveira Júnior e de Dorinda Gomes da Silva, natural de Lourosa (Santa Maria da Feira), de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Julho de 1954, casado (regime: desconhecido), número de identificação fiscal, 180100165, titular do bilhete de identidade n.º 5132783, com domicílio na Rua dos Malmqueiros, 2217, Lourosa,